

## GT 2: DIREITO CÍVEL CONTEMPORÂNEO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### DANOS MORAIS E MATERIAIS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA ANÁLISE JURÍDICA

**Tatiana Manna Bellasalma Silva**  
Mestre, UniFatecie, Professora.

**Lucas Nogueira Alamino Fernandes**  
Graduando, Unifatecie, estudante, lucas.nafernandes123@gmail.com

**Pedro Henrique Ramos Procópio de Souza**  
Graduando, Unifatecie, estudante, pedroh.ramosprocopio@hotmail.com

#### INTRODUÇÃO:

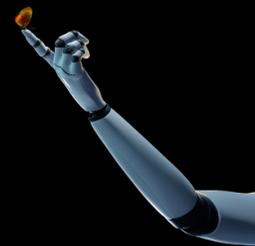
A presente aborda a questão dos danos materiais no âmbito da responsabilidade civil, este estudo propõe-se a dissecar as múltiplas complexidades inerentes a esse domínio jurídico. Situada no ponto de convergência entre as relações sociais e comerciais, esta área da jurisprudência assume um papel crucial na busca por justiça e paridade nas interações legais.

O objetivo primordial desta empreitada de pesquisa é empreender uma análise abrangente e meticulosa dos danos materiais, desvendando suas múltiplas dimensões, discernindo nuances e aprofundando os precedentes legais. Busca-se delinear e categorizar a variada gama de danos, confrontando paradigmas legais divergentes e oferecendo insights prescritivos para refinar tanto a prática legal quanto as dos legislativos.

Os prejuízos materiais são consequências de atos ilícitos ou negligentes, desempenhando um papel crucial no cenário jurídico atual. Já os lucros cessantes são as perdas financeiras que surgem da impossibilidade de obter lucros futuros devido a uma conduta ilícita ou negligente. Em outras palavras, é a frustração da expectativa de renda, que poderia ser percebida de forma razoável.

A relevância desta investigação é indiscutível, pois um entendimento mais profundo dos danos materiais é imperativo para a aplicação judiciousa do direito civil e a distribuição equitativa de responsabilidades. No entanto, este estudo tem algumas limitações, como a disponibilidade de recursos e o tempo para pesquisa. Adicionalmente, a heterogeneidade e a variedade de circunstâncias que envolvem danos materiais podem representar obstáculos adicionais à conclusão da análise.

Ademais, iremos analisar os seguintes princípios/direitos tutelados: integridade física; E direito da personalidade protegido tanto pela Constituição Federal/88 (art. 5º, X), quanto pela lei infraconstitucional (artigos 11 e 12 do Código Civil). Onde estes, configuram dano extrapatrimonial.



Outro tipo de dano abordado na pesquisa seria o dano moral, no qual se refere a uma lesão que afeta os direitos da personalidade, causando dor emocional, constrangimento ou humilhação. Ao contrário do dano material, que envolve danos tangíveis, o dano moral atinge a integridade psicológica do indivíduo. É reparado mediante compensação financeira e tem o objetivo de amenizar o sofrimento e punir o responsável pela violação.

Ainda, a definição do quantum do montante indenizatório também deve se prestar ao atendimento dos fins a que se presta, devendo, em princípio, oferecer, de um lado, compensação ao lesado e, de outro, atenuar seu sofrimento.

Em suma, este estudo dos danos materiais e morais dentro dos limites da responsabilidade civil, fornecendo informações valiosas para especialistas do direito, estudantes e legisladores.

## **PROBLEMA DE PESQUISA:**

Em princípio, a presente pesquisa aborda sobre qual medida a reparação dos danos materiais emergentes é suficiente para a total reparação dos prejuízos causados em acidentes de trânsito.

Como de cediço, eventuais colisões rodoviárias possuem um caráter de seriedade, onde pode causar inúmeros danos aos indivíduos envolvidos em tal incidente. Desse modo, verifica-se a necessidade de revisão se os direitos de indenizações são suficientes para a reparação do dano sofrido.

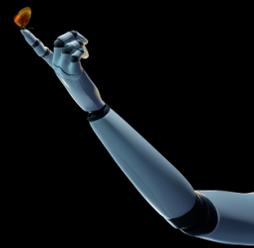
Assim, a presente pesquisa demonstra-se importante para a melhor compreensão do conteúdo da reparação dos danos sofridos em acidentes rodoviários, onde analisa os pontos positivos e negativos do entendimento dessa questão, com o propósito de encontrar eventual necessidade de melhoria.

Diante o exposto, torna-se necessário a revisão de forma ampla, os direitos devidos provindos de incidentes automobilísticos, com a finalidade de um possível auxílio a reflexão do conteúdo, e, por consequência, adequando o entendimento jurídico de forma mais justa, e concisa a todos os indivíduos relacionados aos acidentes de caráter rodoviário.

## **OBJETIVO:**

Primeiramente, objetiva-se com a presente pesquisa, analisar a ineficiência do modelo de reparação de danos materiais – danos emergentes, e lucros cessantes – oriundos de acidentes de trânsito, e o seu desrespeito ao princípio da Proteção Integral.

Ademais, de forma específica, objetiva-se também a análise a) da evolução da responsabilidade civil até a responsabilidade oriunda de acidentes de trânsito; b) do dever de indenizar a ineficácia da reparação dos danos materiais frente ao prejuízo total causado à vítima; c) do posicionamento das câmaras e turmas recursais dos tribunais de justiça sobre o assunto dos danos causados em acidentes de trânsito.



Isto posto, de forma ampla, possui-se o objetivo de uma revisão justa dos direitos, e princípios de nosso ordenamento jurídico, para corrigir eventuais falhas, e ajustar, de maneira positiva, o entendimento, princípios e legislação aplicada aos casos de acidente de trânsito.

## **MÉTODOLOGIA:**

Durante a produção do presente projeto de pesquisa foi-se utilizado a pesquisa os procedimentos foram utilizados por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de casos.

Iniciamos investigando nas obras e artigos, compreendendo os conceitos sobre responsabilidade civil e indenização por prejuízos materiais em ocorrências de trânsito. Em seguida, aprofundamos nosso estudo nos documentos, como relatórios de acidentes e processos legais, para obter conclusões mais embasadas. Por fim, acompanhamos casos reais, analisando os processos e as decisões judiciais para entender como os tribunais estão lidando com essa questão na vida real.

Desse modo, o presente estudo foi fundado em análise de documentos relevantes como dados de acidentes de trânsito, bem como a de pessoas envolvidas. Também, houve a leitura e uma respectiva revisão de jurisprudências sobre decisões de recursos dos tribunais de segunda instância e de instâncias superiores.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

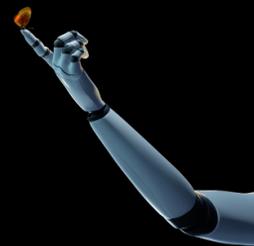
Após a pesquisa sobre os danos materiais na responsabilidade civil em decorrência de acidentes de trânsito, a presente pesquisa proporcionou inúmeras conclusões significativas que auxiliam o esclarecimento a questão jurídica mencionada.

Uma das descobertas mais relevantes deste estudo foi mapear os diferentes tipos de prejuízos materiais, conforme definidos por lei e por decisões judiciais em nosso ordenamento jurídico. Assim, a pesquisa foi esclarecedora ao ponto dos aspectos dos danos emergentes e dos lucros cessantes, bem como quando são utilizados na prática da realidade.

Ademais, com as análises dos casos e da jurisprudência, o estudo abordou os princípios e as sentenças dos tribunais sobre os prejuízos financeiros decorridos de incidentes rodoviários. Desse modo, destaca-se as estratégias legais aplicadas para reparar esses danos e evidencia-se as dificuldades enfrentadas pelos advogados nesse contexto.

Em suma, os resultados obtidos por esta pesquisa estabeleceram uma compreensão de forma aprofundada sobre os danos materiais no âmbito da responsabilidade civil, oferecendo perspectivas valiosas para profissionais do direito, acadêmicos e legisladores.

## **REFERÊNCIAS:**



QUEIROZ, L.F. **Decodificador do CPC – 2ª edição**. Edição 2ª. Curitiba: Editora Bonijuris, 2022.  
TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Volume Único**.  
Edição 2ª. Editora Método, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Lei n. 13.105, de março de 2015.